

Má gestão do caixa público compromete até o próspero MT

Rodrigo Vargas

Cuiabá - Em Mato Grosso, o agronegócio privado foi símbolo de prosperidade até na recessão, mas a má gestão do caixa público do estado levou à calamidade financeira.

Hoje, não apenas o pagamento dos servidores está comprometido. A prestação de serviços básicos começa a colapsar, principalmente nas áreas de saúde e segurança.

O retrato mais contundente da crise fiscal está nas centenas de carros policiais recolhidos em um pátio particular, a céu aberto, em Várzea Grande (município vizinho à capital Cuiabá).

As empresas de locação, com as quais o governo mantém oito contratos para uso de 1.127 veículos, cobram cerca de R\$ 13,5 milhões em parcelas atrasadas desde a gestão anterior.

Do total, 90 veículos foram

retirados das ruas pelas locadoras e outros 70 foram devolvidos pelo novo governo como medida de contenção das despesas.

Ou seja, o estado deixou de contar em 2019 com 14% da frota que estava disponível para atividades administrativas e operacionais das forças de segurança do estado.

Nos hospitais regionais, a falta de repasses e o acúmulo de dívidas com fornecedores prejudica o abastecimento de itens básicos, como gaze e esparadrapo.

Em dezembro passado, médicos do Hospital Regional de Rondonópolis (220 km de Cuiabá) decidiram paralisar o atendimento na unidade em decorrência, segundo afirmaram, de condições precárias de trabalho e atrasos salariais de até quatro meses.

No mesmo período, em Sinop (500 km de Cuiabá), a falta de recursos para o atendimento no Hospital Regional levou à

superlotação da UPA (Unidade de Pronto Atendimento), que passou a receber pacientes com quadros de alta complexidade.

Há duas semanas, 60 profissionais que atuam no Samu (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência) na região metropolitana de Cuiabá ameaçaram cruzar os braços. Eles afirmaram ter mais de três meses de salários atrasados a receber.

A perspectiva de melhora significativa no curto prazo é remota, conforme admitiu o recém-empossado secretário estadual de Saúde, Gilberto Figueiredo. Segundo ele, 25% do Orçamento deste ano está comprometido com restos a pagar.

No decreto de calamidade financeira, aprovado na Assembleia Legislativa nesta semana, o governador Mauro Mendes (DEM) chamou de "gravíssima" a situação fiscal do Estado.

Ele defendeu a necessidade de





garantir "a continuidade da atuação estatal", diante do que chamou de "incapacidade de sustentar, minimamente, a prestação de serviços de qualidade ao cidadão".

Entre os fatores citados pelo governador está o aumento nominal de quase 700% nas despesas com pessoal efetivo entre 2003 e 2017. A receita corrente líquida, no mesmo período, cresceu 381%.

O cenário de caos financeiro e administrativo contrasta com a expectativa positiva gerada no dia 31 de maio de 2009, quando Cuiabá foi anunciada como uma das 12 sedes da Copa do Mundo de 2014.

Quase dez anos depois, as dívidas contraídas para viabilizar o evento são mencionadas como fatores que contribuem para a calamidade.

A maior parte dos empréstimos, que comprometem R\$ 250 milhões anuais dos cofres estaduais, foi empregada nas obras da Arena Pantanal, estádio hoje subutilizado e com elevados custos de manutenção, e do VLT (Veículo Leve sobre Trilhos), que jamais foi concluída.

Autor de relatórios que alertavam para a insustentabilidade do quadro

fiscal de Mato Grosso, o conselheiro Luiz Henrique Lima, do Tribunal de Contas (TCE-MT), vê a gastança da Copa do Mundo com o início de uma "seqüência desastrosa" para as contas estaduais.

O quadro, segundo Luiz Henrique Lima, foi agravado em 2012 pela decisão de "vender" parte da dívida pública com a União ao Bank of America Merrill Lynch.

A operação envolveu empréstimo de US\$ 479 milhões a ser pago em parcelas semestrais corrigidas pelo câmbio.

"Não havia nenhuma cláusula com uma trava cambial. E, quando o contrato foi celebrado, o dólar estava a R\$ 2,30."

Seis anos depois, tendo pago ao banco americano R\$ 930 milhões, Mato Grosso ainda deve o equivalente a R\$ 1 bilhão. "Ou seja, estamos devendo, em valores nominais, mais do que antes da operação."

O desastre se completou, diz, com a aprovação de leis de planos de cargos e carreiras.

As leis, que previam aumentos reais ao longo de dez anos, foram

propostas pelo então governador Silvai Barbosa (à época no MDB) nos últimos dias do seu mandato e passaram a vigorar na gestão do sucessor, Pedro Taques (PSDB).

As medidas coincidiram com a queda na atividade dos setores industrial e de serviços, as principais fontes de ICMS.

"A agricultura, que cresceu muito, é basicamente voltada à exportação, que é desonerada. Ou seja, nossas despesas subiram e a arrecadação despencou", disse Lima.

Mantido pelo novo governador, o secretário da Fazenda, Rogério Gallo, chefiou a pasta no último ano de Taques.

À Folha disse que Taques assumiu um "estado arrasado" e que fez "o possível" para enfrentar a situação. "No caso das leis de carreira, por exemplo, existe entendimento consolidado no STF de que se trata de direitos adquiridos."

Como consequência dessas medidas, a folha salarial cresceu 106% de 2014 a 2018, e as receitas, 43%. "Houve um descolamento entre o que se arrecada e o que se paga. E isso em gastos obrigatórios."





Para completar o quadro, a previdência dos servidores fechou 2018 com um déficit superior a R\$ 1 bilhão.

Na quinta-feira (24), a Assembleia aprovou um pacote de medidas para recuperar a saúde fiscal do estado.

Além da reedição ampliada do fundo sobre operações sobre produtos como a soja e o algodão, até para a exportação, o governo foi autorizado a extinguir secretarias e empresas públicas e a impor critérios para a concessão de reajustes.

Houve protestos de servidores e ruralistas. Segundo Gallo, as medidas foram pensadas para que, em dois anos, seja alcançado o mínimo de equilíbrio entre receitas e despesas.

Enquanto isso, o governo terá de

buscar alternativas para manter a máquina. No curto prazo, buscará o repasse, pelo governo federal, de recursos do FEX, fundo para compensar os estados exportadores dos efeitos da desoneração.

"O decreto de calamidade tem um efeito que permite à União repassar a compensação do FEX. Já estivemos com o ministro Paulo Guedes, que nos prometeu colocar o tema como prioridade."

Outra medida será a renegociação da dívida dolarizada com o Bank of America e o alongamento de empréstimos para obras da Copa.

Procurado, Taques disse, via assessoria, que está em viagem até o fim de janeiro e que não iria se pronunciar até lá.

Onyx e Santos Cruz ficam à frente de negociações

Com a operação de Bolsonaro, ministros conduzem conversas para obter apoio a propostas no Congresso

Leonencio Nossa / BRASÍLIA

O Planalto se prepara para o seu "batismo de fogo" na sua relação com o Congresso Nacional. Com o início da nova legislatura em fevereiro, o núcleo político começou a mobilizar ministros e parlamentares aliados para garantir a aprovação, ainda neste primeiro semestre, da reforma da Previdência que está sendo elaborada pela equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes.

Para isso, espera o estancamento da crise envolvendo o deputado estadual e senador eleito Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), citado em investigação do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), que identificou movimentações financeiras consideradas atípicas.

Antes de começar o trabalho pela

aprovação da reforma, o governo terá pela frente as eleições pelos comandos da Câmara e do Senado, marcadas para o dia 1.º de fevereiro. Com o afastamento do presidente Jair Bolsonaro, pelo menos até a véspera da disputa em decorrência da cirurgia para a retirada da bolsa de colostomia, os ministros da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, e da Secretaria de Governo, Carlos Alberto dos Santos Cruz, estarão à frente de costuras e conversas com lideranças da base aliada e outros parlamentares.

Na volta do presidente, prevista para o início de fevereiro, o Planalto pretende atuar por meio de núcleos para avançar nas negociações com os parlamentares. Onyx contará com uma equipe de ex-parlamentares para as conversas com lideranças. Por sua vez, o ministro Santos Cruz deverá receber deputados e senadores para tratar da liberação de verbas previstas no Orçamento Geral da União a atendimentos de prefeitos e lideranças regionais, segundo um auxiliar do presidente.

O ministro Paulo Guedes também tem recebido parlamentares da base aliada para discutir a proposta de mudança da Previdência. A deputada Carla Zambelli (PSL-SP) disse à reportagem que os primeiros estudos apresentados pelo ministro teriam sido recebidos de forma positiva pela bancada do partido na Câmara. A parlamentar afirmou que a escolha do deputado Major Vitor Hugo (PSL-GO) para a liderança do governo na Casa foi o primeiro passo "acertado" do Planalto na negociação da Previdência, já que não causou "chiados". "O que vamos discutir agora são pontos específicos da proposta", afirmou. "É uma questão pacífica até em setores da esquerda sobre a necessidade da reforma para o desenvolvimento do País."

Em paralelo, Bolsonaro acertou com o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, para iniciar no Congresso um debate sobre medidas de combate à violência. As ações são as primeiras de uma série que Moro pretende aprovar no combate ao crime organizado e à corrupção.